

A CIA contra a URSS

Nikolai Iákovlev¹

1983

Explicação necessária

Qualquer tentativa de analisar os serviços secretos ocidentais tem pela frente grandes dificuldades. O investigador escritor tem de atravessar um labirinto, deparando-se muitas vezes com um beco sem saída, outras descobre literalmente uma cova de lobo. As dificuldades são tanto de carácter conceptual, como ligadas à recolha e selecção dos factos. Apesar de o nosso objecto ter inquestionavelmente uma existência autónoma, e por vezes forças motrizes próprias, o trabalho dos serviços secretos, em última análise, não é mais do que a continuação das políticas dos respectivos governos por outros meios. Em muitos casos, no entanto, esse trabalho é de tal índole que é renegado oficialmente pelos próprios governos com aparente credibilidade. Só esta circunstância, já sem falar do natural secretismo, faz escassear os factos, os quais, como é sabido, são o oxigénio do investigador. Levados ao sufoco, respiram com dificuldade uma atmosfera envenenada, uma vez que em nenhuma outra esfera da acção do Estado no Ocidente se recorre tanto à desinformação.

Mas é uma necessidade premente penetrar nesta esfera. É absolutamente impossível compreender o mundo actual sem se ter em conta o trabalho dos serviços secretos, neste caso da CIA dos EUA, o qual afecta toda a humanidade. Isto não é de longe um exagero.

Nas últimas décadas, as acções da CIA tornaram-se bem conhecidas em todo o mundo. Hoje, muitas pessoas têm razões suficientes para julgar os EUA a partir dos actos da CIA, que prejudicam a reputação do país. Washington apercebeu-se disso e tem tomado medidas firmes para manter em segredo o seu trabalho subversivo contra outros povos. Ao mesmo tempo procura exaltar o papel da CIA.

¹ Nikolai Nikoláievitch Iákovlev (1927-1996), historiador publicista russo, doutorado em ciências históricas, é autor de mais de 20 livros. *A CIA Contra a URSS*, publicado originalmente em 1979 e depois reeditado em 1982 e 1983, é sem dúvida o seu trabalho mais conhecido. O presente texto constitui a parte inicial deste livro (edição de 1983, Molodaia Gvardia), em que, entre outros documentos, são analisados em detalhe os antecedentes e o conteúdo da directiva 20/1 do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, de 1948, documento que define as orientações para a guerra que então é desencadeada pelos Estados Unidos contra a URSS. (N. Ed.)

No dia 23 de Junho de 1982 reinava um ambiente festivo no quartel-general da CIA, em Langley. «Centenas de funcionários da CIA e outros reuniram-se numa colina coberta de relva para ouvir o presidente Reagan. Enquanto esperavam, uma banda militar deliciava os ouvidos com melodias de canções militares. Colaboradores da CIA ofereciam ponches aos jornalistas». Numa sala do edifício, perante uma assistência selecionada de mil pessoas, Reagan discursava. Sobre quê? A direcção da CIA recusou-se a revelar.

Pouco depois o presidente apareceu esplendoroso ante a multidão para assinar em público a nova lei da CIA aprovada pelo Congresso. Começou a sua intervenção com uma história divertida:

«Uma vez houve necessidade de estabelecer rapidamente contacto com um agente da CIA na Irlanda. A chefia em Washington chamou um agente e ordenou-lhe:

– Parte imediatamente para a Irlanda. O nome do agente é Murphy. A tua contra-senha é: “Está um belo dia, mas à tarde estará ainda melhor”.

Chegado à pequena localidade irlandesa que lhe haviam indicado, o emissário entrou num bar, sentou-se ao balcão, pediu uma bebida e perguntou ao barman:

– Onde posso encontrar Murphy?

– Se procura o agricultor Murphy, vive a duas milhas daqui, por aquele caminho, numa casa à esquerda. Se procura o sapateiro Murphy, vive no segundo andar da casa em frente. Já agora, o meu apelido também é Murphy.

O agente bebeu um trago e disse:

– Está um belo dia, mas à tarde estará ainda melhor.

– Ah, exclamou o barman, então quem procura é o espião Murphy!»

O presidente foi muito aplaudido. Fez uma longa pausa, franziu o cenho e com grande gravidade afirmou: «Isto não voltará a repetir-se». E acrescentou: todos os colaboradores da CIA são «heróis de uma luta sombria travada ao crepúsculo», fazendo depois longos elogios aos presentes. Logo de seguida, não fossem os funcionários do departamento ficar à espera de receber louros, Reagan procedeu na sua presença à assinatura a lei: até dez anos de prisão e 50 mil dólares de multa para quem divulgue o nome de um «herói» da CIA, mesmo que essa informação tenha origem em material publicado, segundo relatou o *The Washington Post*.²

A lei de 23 de Junho de 1982 é apenas uma das muitas espessas cortinas colocadas nos últimos tempos pelo governo dos EUA sobre a CIA e a sua actividade. A desinformação sistemática e o silêncio parcial sobre a CIA são hoje considerados insuficientes. Isto significa que têm muito para esconder!

Allen Dulles, um clássico do trabalho subversivo e da espionagem dos EUA (sim, este sector cresceu tanto que já tem os seus clássicos), concluiu a obra da sua vida, *A Arte da Inteligência*, com as seguintes palavras:

«A ameaça militar no século das armas nucleares é bem compreendida, e é justo que gastemos milhares de milhões de dólares para lhe fazermos frente. Devemos ter uma atitude similar em todos os aspectos para com a guerra secreta (...) A última coisa que devemos fazer é colocar entraves ao nosso serviço de Inteligência. As suas funções de protecção e de informação são indispensáveis numa era de perigo extremo e permanente».³

² *The Washington Post*, 24 de Junho de 1982.

³ A. Dulles. *The Craft of Intelligence*, Nova Iorque, 1963, p. 264.

Esta apreciação é assaz reveladora, quer pela indicação sobre os custos do serviço de inteligência (não inferiores aos mísseis intercontinentais e às bombas termonucleares), quer pela carga semântica da afirmação.

F. Prouty, um homem conhecedor que foi oficial chefe de ligação entre o Pentágono e a CIA, num dos seus raros momentos de franqueza, em meados dos anos 70, no final da guerra do Vietname e nas vésperas do caso Watergate, referiu-se a estas palavras de Dulles do seguinte modo:

*«O parágrafo final, a conclusão do livro do antigo chefe, é o melhor exemplo de como a comunidade dos serviços de inteligência considera necessário viver no século nuclear. Querem ter o serviço mais caro e mais ramificado, capaz de responder a tudo o que lhes pareça uma ameaça. Embora Allen Dulles não o tenha dito no seu livro, o seu conceito de Inteligência pressupõe dez por cento de inteligência tradicional e 90 por cento de actividades subversivas secretas. Por outras palavras, na opinião de Dulles, devemos estar ocupados dia e noite em todo o mundo, fazendo frente “em todos os aspectos da guerra secreta”. O que está aqui subentendido é a ingerência nos assuntos internos dos outros países, não importando se o sabem ou se o autorizam. É precisamente o que os Estados Unidos têm vindo a fazer em medida crescente, desde a ingerência em Berlim e no Irão nos anos 40. O ponto culminante desde modo de actuar foi a terrível catástrofe no Vietname, onde tudo começou com uma grande operação de forças do serviço de Inteligência, que passou à fase da actividade subversiva secreta e levou inevitavelmente à guerra aberta na época de Johnson».*⁴

O motivo de Prouty se ter deixado iluminar por estas ideias é conhecido. Escreveu-as em 1973, quando nos EUA se debatia com indignação o resultado da guerra no Vietname. Fizeram-se diversos cálculos. Depois de analisá-los, R. Sigford (na sua tese não publicada, *A Retórica da Guerra do Vietname: os Presidentes Nixon e Johnson*, defendida na Universidade do Minnesota no ano em que foi editado o livro de F. Prouty), concluiu: *«Apesar de existirem diferentes estimativas, o custo directo e indirecto da guerra do Vietname em dólares e centavos equivale a cerca de 350 mil milhões de dólares».*⁵ Muito caro! Mas, como é costume nos superpragmáticos Estados Unidos, é claro que as vidas humanas, em primeiro lugar vietnamitas, não entram nas contas.

Em 1978, já ultrapassado o choque, o antigo director da CIA, William Colby, esclareceu calmamente que, nos anos 70, os gastos com actividades subversivas da CIA *«diminuíram rapidamente»*. *«A CIA cortou as suas despesas com operações políticas e paramilitares a tal ponto que as despesas com actividades subversivas – um peso morto que representava 50 por cento do orçamento da CIA nos anos 50 e 60, – caíram para menos de cinco por cento»*. Terá havido uma redução das despesas para este fim? De modo algum. Simplesmente as despesas com actividades subversivas passaram também a ser inscritas em rubricas de outros departamentos. O próprio Colby explicou qual o expediente usado pela CIA:

«As despesas com praticamente todas as operações políticas e paramilitares (...) foram assumidas pelo Pentágono», e o *«financiamento, por exemplo, das estações*

⁴ F. Prouty. *The Secret Team. The CIA and its Allies in control of the United States and the World*, Englewood Cliffs, 1973, pp. 66-67.

⁵ R. Sigford. *The Phetoric of the Vietnam War; Presidents Johnson and Nixon*. Universidade do Minnesota, Filadélfia, 1973, p. 193.

de rádio Europa Livre, Liberdade e Fundo Ásia era decidido pelo Departamento do Estado e pelo Congresso.»⁶ Colby fala de tudo isto na obra da sua vida, um livro de memórias extensas e mal escritas, *Homens Honoráveis. A Minha Vida na CIA*.

O título é retirado de uma afirmação de Richard Helms, seu par e antecessor no posto de director da CIA, que no início dos anos 70 assegurou publicamente aos que duvidavam das virtudes da agência: «*Devem confiar em nós. Nós somos pessoas honoráveis*». Aconteceu, porém, que passado muito pouco tempo Helms foi acusado de falso testemunho perante o Congresso, o órgão legislativo, crime pelo qual um cidadão comum norte-americano é sancionado com multa e penas de prisão. Mas as personalidades da CIA estão acima das leis da «*democracia*» de além-oceano. Quando apesar de tudo foi chamado a tribunal, Helms e o seu advogado manifestaram-se contra a condenação, pois «*ela deixaria uma cicatriz para toda a vida*». O tribunal atendeu o pedido e, em Novembro de 1977, condenou Helms ao pagamento de uma multa de dois mil dólares por um motivo surpreendente: em vez de o condenar por crime de «*falso testemunho*», inventou uma figura inexistente no código penal: relutância em prestar «*declarações completas, exaustivas e precisas*» ao Congresso.

Como maliciosamente observou a revista *Nation*, de 19 de Novembro de 1977, o fim do julgamento contra Helms foi uma forma de as autoridades se defenderem a si próprias, uma vez que no processo «*o antigo director da CIA poderia trazer à luz do dia um monte de roupa suja. Entre outros podiam ficar expostas à vista de todos as camisas cheias de manchas de Henry Kissinger*». Ao sair do tribunal apenas com uma multa simbólica, prossegue a revista, Helms «*falou com os jornalistas, e aquela "cicatriz" transformou-se milagrosamente num "sinal de honra" e mesmo num "estandarte", como acrescentou o astuto advogado*».⁷ Para a CIA, rechazar com êxito os ataques de onde quer que venham, dominar a essência do sistema de governação dos EUA, é uma questão de honra. É para isso que ela existe, entre outras coisas. Mas afastámo-nos do nosso assunto.

Não há equívoco maior do que imaginar a CIA como apenas um organismo de espionagem e contra-espionagem. Independentemente dos ajustes que Colby tenha feito, a proporção que Prouty indicou, baseando-se na opinião autorizada de Dulles, é a verdadeira: a espionagem em sentido estrito representa com probabilidade dez por cento ou pouco mais das preocupações da CIA. De outro modo, a criação da CIA não teria feito qualquer sentido. Nos EUA, como veremos adiante, os serviços de informações são mais do que suficientes. Estima-se por alto que haja cerca de uma dezena. Kennan, pensador político por vocação e diplomata, no seu livro, *A Nuvem de Perigo, Realidades Actuais da Política Externa Norte-Americana*, observou justamente:

«*O serviço de Inteligência como tal era uma função normal dos estados muito antes do surgimento da União Soviética ou dos Estados Unidos, e é pura utopia esperar que desapareça completamente. Mas tudo tem limites*». Quais? Kennan escreve: «*Eu próprio tive ocasião de ver como as autoridades dos serviços de Inteligência, uma vez atrás de outra, realizaram ou tentaram realizar operações que não só minavam de forma directa as relações diplomáticas sovieto-norte-americanas, como também as próprias possibilidades de alcançar maior compreensão mútua*

⁶ W. Colby and P. Forbath. *Honorable Men. My Life in the CIA*. Nova Iorque, 1978, pp. 300-301.

⁷ *The Nation*, 19 de Novembro de 1977, p. 514.

entre ambos os governos». ⁸ E isto não é senão uma pequena amostra do que se pode dizer sobre a política conduzida por Washington por intermédio da CIA.

Naturalmente que não se trata apenas nem sobretudo de espionagem. A CIA foi incumbida de conduzir a chamada «*guerra psicológica*», para a qual são canalizados 90 por cento dos recursos desta agência gigantesca. Nos documentos internos dos serviços, a «*guerra psicológica*» tem a seguinte definição:

«*A utilização integrada de todos os meios, morais e físicos (excepto os das operações reconhecidamente militares, mas incluindo a exploração psicológica do resultado dessas operações reconhecidamente militares), que tendam a destruir a vontade do inimigo de alcançar a vitória e a deteriorar a sua capacidade política e económica para tal; que tendam a privar o inimigo do apoio, assistência ou simpatia dos seus aliados, de países amigos ou neutrais (...) ou que tendam para a manutenção, incremento ou criação da vontade de vencer do nosso próprio povo e dos nossos aliados e para a manutenção, incremento ou obtenção de apoio, assistência e simpatia dos países neutrais*». ⁹

Como se vê os anos não retiraram brilho a esta definição clássica. Os métodos elencados da «*guerra psicológica*» são tentativas inequívocas de minar o regime do Estado escolhido como alvo, visando, em última instância, o seu derrubamento. A espionagem é um derivado subordinado a este objectivo. A ponta aguçada da «*guerra psicológica*», conduzida por Washington através da CIA, está dirigida contra a União Soviética. Este é o sentido da criação e existência da CIA, organização que não tem precedentes em toda a história da sociedade humana organizada.

Num amplo plano, a CIA é um dos mais importantes instrumentos, e possivelmente o mais contundente, de que dispõe a elite governante dos EUA para moldar o mundo segundo o modelo norte-americano e implantar normas que convêm a Washington.

Independentemente do tom e colorido da retórica oficial dos porta-vozes da república, a tradição política dominante norte-americana é a da intolerância. Ela remonta aos tempos dos primeiros colonos¹⁰ que, desconformados com o Velho Mundo, atravessaram o Atlântico para construir um Estado de acordo com os seus pontos de vista. Logo nessa altura se formou a estreita mundivisão de «*ou nós ou eles*». Qualquer observador perspicaz constata que os dirigentes dos EUA, defendendo em palavras o pluralismo político, não o toleram na prática, e consideram que a única a forma de governação possível e superior em todos os aspectos é a existente nos Estados Unidos. Daí que, por razões que radicam nesta tradição política fundamental, é inevitável o conflito permanente dos Estados Unidos com todo o mundo. A função da CIA é fazer tudo para resolver este conflito a favor dos EUA.

⁸ G. Kennan, *The Cloud of Danger. Current Realities of American Foreign Policy*. Boston, 1977, pp. 212, 210.

⁹ *War Report of the Office of Strategic Services*, Washington, 1949, p. 99. [Citação traduzida do inglês, edição Walker Publishing Company, Inc., 1976. Original pdf disponível em: <http://www.ossreborn.com/files/War%20Report%20of%20the%20OSS%20Volume%201.pdf> (N. Ed.)]

¹⁰ No original é usada a expressão pais-peregrinos, tradução da expressão inglesa «*Pilgrim Fathers*», que se refere aos primeiros colonos ingleses que atravessaram o Atlântico a bordo do *Mayflower* e se instalaram em Nova Inglaterra, em 1620, fundando o embrião dos Estados Unidos. (N. Ed.)

Intolerância total tanto fora como dentro das fronteiras desta magnífica «*democracia*». Uma conduta de autênticos sectários. O que vem da Casa Branca é considerado como sapiência em última instância. Nem vale a pena recuar ao passado, bastam exemplos recentes. O presidente Lyndon B. Johnson definiu como critério de aptidão dos candidatos aos mais altos cargos públicos o seguinte: «*Não preciso de uma lealdade genérica. Preciso de uma tal lealdade que quando me beijam o traseiro em plena luz, exclamem: cheira a rosas*». ¹¹ E como são os meios de informação de massas, a famosa imprensa? Aqui há diversidade na escrita! Sim, é verdade, mas a mais alta honra para um jornalista norte-americano é estar acreditado junto da corte presidencial. Sobre isso escreveu com despeito um jornalista não escolhido: «*Veja-se como tipos do género de Mears [Walter Mears, da Associated Press] e Semple [Bob Semple, do The New York Times] rastejam e beijam o traseiro de Ron Ziegler [responsável de imprensa da Casa Branca sob a presidência de Nixon]*. ¹² Não pode ser de outra maneira, a «*guerra psicológica*» visa também conseguir dentro do país um conformismo extremo.

Os campeões do conformismo, naturalmente, são os altos dignitários dos EUA. Mostram constantemente o exemplo neste sentido, curvando-se literalmente ante a polícia política secreta. Ronald Reagan, por exemplo, conheceu a sua actual esposa, a actriz Nancy, em circunstâncias dramáticas. Em 1951, relatou o *Washington Post* no Outono de 1982, o nome de Nancy apareceu na «*lista dos activistas de esquerda*», publicada no jornal *Hollywood Citizen News*. Foi imediatamente pedir ajuda a Reagan, então presidente do sindicato dos actores de cinema. Reagan era considerado um especialista na matéria: juntamente com os inquisidores do comité do Congresso tinha expulsado «*comunistas*» dos seus empregos em Hollywood. «*Passados anos*», relata epicamente o *Washington Post*, «*Nancy Reagan reconheceu que no seu desejo de se encontrar pessoalmente com Reagan pesou o medo de ser acusada falsamente de ser comunista*».

Depois de verificar o passado de Nancy, Reagan atestou sobre a sua total lealdade. E em 1952, os dois leais actores contraíram matrimónio... ¹³

Nas suas memórias, Gerald Ford refere com orgulho que antes de ser eleito vice-presidente em 1973 foi «*sujeito a uma investigação minuciosa*» por parte da polícia política. Só o FBI destacou para esse fim 350 agentes! Gerald Ford considerava que isso tinha sido de grande utilidade para os EUA. Temos pois que para os dignitários dos EUA exaltar a CIA, o FBI e companhia equivale quase a um dever cívico.

Mas é conhecido que nos EUA se escreveu e escreve sobre a CIA e até se «*investigou*» a actividade deste organismo juntamente com outros departamentos de polícia política. Vejamos do que se trata.

A onda de indignação a que se assistiu em meados dos anos 70, na sequência de «*investigações*» aos serviços especiais, foi absorvida praticamente na totalidade pelos canais ramificados do sistema estatal norte-americano. Hoje, quando a própria espuma dessa onda desapareceu nas cloacas sem fundo da «*democracia*», pode ver-se facilmente os resíduos sólidos que vieram à superfície dos confins administrativos

¹¹ D. Halberstam, *The Best and the Brightest*, Nova Iorque, 1973, p. 526.

¹² H. Thompson, *Fear and Loathing: On the Campaign Trail 72*, Nova Iorque, 1973, pp. 403- 404.

¹³ *The Washington Post*, 12 de Setembro de 1982.

da CIA, FBI e companhia. De imediato constatamos que foi dado aos «*investigadores*» não o que eles pretendiam ou algo que estivesse errado, mas, no fundamental, apenas os factos que a Administração e os próprios serviços consideraram passíveis de ser publicitados. Eram coisas diversas, às vezes com características aterradoras, mas sempre passadas pelo crivo apertado da censura política.

Na disputa desses troféus, muitas lanças foram quebradas na imensa liça em que entraram não só os meios de informação de massas norte-americanos, mas também de outros países do Ocidente. Hoje, dentro dos limites permitidos, os norte-americanos conhecem e sentem-se bastante indignados com as informações minuciosamente seleccionadas vindas a público sobre o funcionamento do sistema repressivo nos EUA, sobre os serviços de informações, sobre experiências feitas com pessoas com vista a controlar a sua conduta. Pronunciaram-se palavras terríveis condenando tais práticas indignas, mas qual era o real objectivo desta campanha desenvolvida dentro dos limites previamente definidos? Não será talvez um exagero dizer que um resumo detalhado (embora com omissões sinistras) sobre as tentativas de colocar a mente humana sob controlo é em si uma parte substancial do trabalho para estabelecer esse controlo à mais ampla escala. Em todo o caso, os opositores nos EUA ficaram avisados do que os espera. Não será um exagero dizer que o objectivo de todo este espectáculo foi intimidar o mundo inteiro, mostrando quem é o guardião do domínio de classe do capital. Sobretudo fora das fronteiras da «*democracia*» de além-atlântico.

O jornal norte-americano *Progressive*, que faz jus ao seu nome nas apreciações a propósito das «*investigações*» realizadas no Capitólio, assinalou: «*Os relatórios foram sujeitos a uma severa censura. O comité do Senado foi bastante frontal a respeito das ilegalidades e excessos do FBI, mas quase lisonjeiro em algumas das suas avaliações sobre a CIA (...) “A melhor parte deste caso é que pertence ao passado” – declarou Howard Baker, senador pelo Tennessee, referindo-se à conclusão da investigação que demorou 15 meses. “Realizámos e terminámos a investigação sem causar prejuízo a ninguém, nem qualquer dano para as respectivas agências*».¹⁴ Qual dano, tudo isto foi publicidade! Uma publicidade aterradora, em primeiro lugar, para os para os próprios norte-americanos, que ficaram a saber perfeitamente o que os espera se desobedecerem à «*lei e à ordem*».

Desiludam-se os ingénuos que, inspirados pelas investigações, procuraram defender as leis violadas e os seus direitos. Os excessos do FBI no final dos anos 70 obrigaram a procuradoria a instaurar um processo contra Patrick Gray, então director do FBI, e Mark Felt e Edwards Miller, dois altos funcionários dos serviços. No final de 1980, Felt foi libertado por «*falta de provas*». Os outros dois tiveram de comparecer em tribunal, tendo-se apurado que deram ordens a agentes do FBI para arrombar residências de cidadãos norte-americanos e consentiram várias outras acções ilegais. Apesar de a lei prever longas penas de prisão por tais actos, o tribunal limitou-se a aplicar-lhes uma multa bastante modesta de 8500 dólares para os dois.

Porém, o presidente Reagan considerou a sentença inadmissível e, em Abril de 1981, concedeu perdão aos condenados, declarando que «*não tiveram intenções criminosas*». O procurador responsável pela acusação indignou-se: «*Isso foi precisa-*

¹⁴ «*The intelligence investigations: Congress cops out*», *The Progressive*, Julho de 1976, pp. 16-17.

mente o que demonstrámos ao longo de dois meses de julgamento (...) Agora o governo perdoa-se a si próprio pela violação dos direitos civis». ¹⁵ De uma forma geral, nos EUA, quando se trata de crimes cometidos pelos organismos de polícia política, a legalidade não conta nem pode contar.

Disto pôde convencer-se o ingénuo dono de um estúdio de fotografia da cidade de Fairfax. Soube pelo processo da «*investigação*» que tinham sido agentes da CIA e da polícia quem arrombara o seu estúdio em 1975. Avaliou em 12 milhões de dólares os prejuízos causados e apresentou queixa em tribunal. Em 1977 a sua acção foi rejeitada. No entanto, no país da democracia perfeita todos os centavos contam, por isso as autoridades municipais exigiram ser ressarcidas das custas judiciais, relativas à queixa apresentada por aquele amante da justiça contra a CIA e a polícia. Em Setembro de 1982, o Congresso ressarciu a cidade em 41 mil dólares. A legalidade departamental triunfou, mas ninguém quis saber do queixoso ofendido. ¹⁶

Neste contexto parecem ridículas as afirmações do ex-presidente dos EUA, Richard Nixon, que, em 1980, no seu livro *A Verdadeira Guerra*, escreveu: «*Na sequência das sensacionais investigações do Congresso conseguimos arrancar os dentes e desmoralizar a CIA*». E duzentas e tal páginas mais à frente acrescenta: «*Nós castrámos a CIA e outros serviços de informações*». ¹⁷

Tal não passava de um simples desejo na ponta da pena do ex-presidente. Em contrapartida Reagan, presidente em exercício, transformou os seus desígnios em acção. Logo às primeiras notícias ventiladas pela Casa Branca de que era propósito do presidente reforçar a CIA, os jornalistas perceberam que seriam ampliadas, entre outras, as funções da «*burocracia*», amaldiçoada pelos republicanos na campanha eleitoral para as presidenciais de 1980. Num almoço com redactores da imprensa, em 17 de Outubro de 1980, perguntaram a Reagan como se conciliava isso com as promessas de «*aliviar o fardo das despesas do governo que pesa sobre o povo*». Reagan franziu o rosto: «*Desculpem, mas estou a comer*», e encarregou o seu assistente, Edwin Meese, de responder. Este, que estava a seu lado também a comer, primeiro limpou a boca e depois exclamou: «*Vamos então falar da CIA, que é mais fácil*». Atabalhoadamente explicou que ninguém pensava em «*ampliar as funções da CIA*». «*Tudo isso é absolutamente falso, é propaganda feita por alguns funcionários do Capitólio que, no seu tempo, trabalharam para esse vergonhoso comité senatorial de Inteligência de Frank Church. Foi precisamente esse comité que causou um enorme dano aos nossos serviços de Inteligência*».

O correspondente do *The Washington Post* que esteve no almoço observou mordazmente no seu jornal: «*Dá a impressão que há muitas pessoas na nossa capital que não sabem ler*». E de seguida citou as palavras de George Orwell no seu romance anti-utópico, *1984*, que descreve o Estado de opressão total: «*Quem controla o passado – é o lema do partido – controla o futuro, e quem controla o presente, controla o passado... É tudo simples. Só é preciso uma série infinita de vitórias sobre a própria memória*». ¹⁸

¹⁵ *Newsweek*, 27 de Abril de 1981, p. 46.

¹⁶ *The Washington Post*, 14 de Setembro de 1982.

¹⁷ R. Nixon, *The Real War*, Nova Iorque, 1980, p. 40, 264.

¹⁸ *The Washington Post*, 13 de Novembro de 1981.

Poderá pensar-se que o jornalista considera que essa época terrível começou nos EUA antes do tempo designado por Orwell no título da sua sátira futuroológica. A CIA tem feito muito para que se cumpram as mais sinistras profecias.

Como vemos, a actividade subversiva da CIA é cada vez mais secreta. No entanto, os esforços da administração de Reagan lembram o comportamento da avestruz que esconde a cabeça na areia. Mas não pode esconder os factos por demais conhecidos da história da CIA.

Na actualidade, tudo indica que no que respeita à URSS e a outros países socialistas, a CIA envida particulares esforços no domínio da ideologia, sem renunciar a outros meios. A decisão de concentrar a atenção neste aspecto da «*guerra psicológica*» foi tomada por uma série de razões que em parte não dependem da vontade da direcção da agência. Porquê? Será útil compreendê-lo.

Tentaremos esclarecer este aspecto da actividade da CIA. Mas como não é possível separá-lo completamente do quadro geral do trabalho subversivo dos serviços secretos do Ocidente, outras questões serão inevitavelmente abordadas.

A guerra depois da guerra

1.

O ano de 1947 marcou a história da nossa pátria com uma severidade majestosa. Começavam a cicatrizar as feridas que a guerra havia deixado no corpo do país: no Outono desse ano, a produção industrial atingiu o nível anterior à guerra. Por trás dos números secos e precisos da Direcção Central de Estatística estava um trabalho titânico do povo na reconstrução do que a guerra havia destruído no Oeste do território histórico da Rússia, arena de gigantescas batalhas da Grande Guerra Patriótica.

Sobre as ruínas das cidades e aldeias, das fábricas e empresas, a vida renascia pelas mãos dos que ainda ontem eram soldados. Os velhos capotes, coletes e camisas do exército serviam agora de roupa de trabalho. Ainda impregnados de pólvora e cobertos de pó dos caminhos da Europa eram envergados por um exército de construtores. A vida era difícil e os problemas do país enormes. Não havia outra alternativa senão pôr de pé o país unicamente com as próprias forças para encarar o futuro com confiança. Repor rapidamente a normalidade na vida do heróico povo que suportara a mais dura guerra da história.

Os soviéticos mereciam conquistar o direito a uma subida acentuada do nível de vida e, finalmente, o direito ao repouso, depois de terem carregado o esgotante fardo da guerra. Apesar de se fazer tudo o que era possível, havia ainda imenso trabalho pela frente. A questão não era apenas a herança da guerra, visível a cada passo. Mesmo depois da vitória parte dos recursos do país continuavam a ser destinados para as necessidades militares, que agora chamavam da Defesa. Ainda não se haviam calado os canhões do Exército Vermelho e já as necessidades da Defesa se tornavam peremptórias. Clarões mais fortes do que um milhão de sóis – os bombardeamentos

atômicos de Hiroxima e Nagasaki – advertiram com dureza toda a humanidade daquilo que o imperialismo, armado com a última palavra da ciência, era capaz de fazer. Já no final da guerra foi preciso encontrar e destinar enormes recursos para a criação de novos e dispendiosos sistemas de armamento, em primeiro lugar, atômico. E cada rublo estava contado! Isto tinha de afectar a vida de todos os soviéticos e inevitavelmente reflectiu-se em tudo e em todos.

Em 1947, o major-general E. Smírnov, que durante a guerra chefiou os serviços médicos das Forças Armadas, trocou como muitos outros o uniforme militar pelo traje civil. Este grande organizador do trabalho titânico nos anos da guerra estava agora investido no cargo de ministro da Saúde da URSS. Pôs ao serviço do Ministério a sua rica experiência: nenhum exército no mundo tinha alcançado uma percentagem tão alta de combatentes que regressavam às fileiras após curarem as feridas; no período mais difícil não houve doenças infecciosas no país. Efime Ivanovitch Smírnov, representante de uma profissão humanitária, empenhou-se com a energia que lhe era característica em erguer o sistema de saúde no pós-guerra. Visitou regiões devastadas e regressou impressionado. Em Makéevka, na bacia de Donetsk, o hospital não dispunha de outra loiça que não fossem latas de conservas. Estas latas de bordos retorcidos nas mãos dos doentes estavam presentes na mente do ministro quando informou o governo das necessidades prioritárias do sistema de saúde. Era preciso dinheiro. Libertaram-se algumas verbas, mas longe de corresponderem às necessidades. O ministro exaltou-se, insistiu na evidência dos factos, mas sem grande êxito. I.V. Stáline, reconhecendo que a preocupação de Smírnov era inteiramente legítima, lembrou-lhe que, por inerência de funções, estava ao corrente do desenvolvimento da bomba atômica, e por isso sabia perfeitamente para onde iam os recursos.

A satisfação de muitas necessidades prementes foi adiada. Não havia outra solução. Sobre o povo soviético, que tinha salvado a humanidade e a si próprio, pairava de novo uma ameaça mortal.

2.

Nessa altura os Estados Unidos eram o único país que dispunha de recursos excedentários. O país não sofrera, mas pelo contrário prosperou durante os anos em que destinos da humanidade se decidiam nos campos de batalha. Embora nos encontrássemos do mesmo lado na guerra, o nosso contributo tinha sido muito diferente do contributo dos EUA. Não caiu uma só bomba em solo norte-americano, nem uma só casa foi destruída. Nós perdemos 20 milhões de vidas; os Estados Unidos, 400 mil. Por cada 50 soviéticos caídos houve um morto norte-americano. Tenho referido esta relação várias vezes nos meus trabalhos sobre a II Guerra Mundial. Alguns historiadores dos EUA, que estão longe de partilhar os nossos pontos de vista, não deixam de reconhecer a justeza desta comparação, embora a contra gosto, claro está. O historiador norte-americano John Gaddis, no livro *Rússia, a União Soviética e os Estados Unidos: Uma história Interpretativa* (1978), referindo-se a um dos meus trabalhos anota: «O autor, embora com demasiado ênfase, indica com precisão que por cada norte-americano morto na guerra, houve 50 mortos russos».¹⁹

¹⁹ J. Gaddis, *Russia, the Soviet Union and the United States. An Interpretive History*, Nova Iorque, 1978, pp. 154-155.

Completamente diferentes foram também os danos materiais. A guerra custou-nos um terço da nossa riqueza nacional. Recordemos que a nossa pátria perdeu exactamente a mesma parte da riqueza nacional em consequência da I Guerra e da Guerra Civil que se lhe seguiu. Em números, as perdas por nós sofridas entre 1941 e 1945 são as seguintes: a guerra custou à URSS 485 mil milhões de dólares, segundo a cotação da altura (contando com o valor das destruições). As despesas militares dos EUA na II Guerra foram de 330 mil milhões de dólares. A ajuda *lend lease* que prestaram aos adversários das potências do «eixo» cifrou-se em 43,6 mil milhões de dólares. Os fornecimentos *lend lease* à União Soviética atingiram cerca de dez mil milhões de dólares, ou seja aproximadamente 3,5 por cento dos gastos militares dos EUA na II Guerra Mundial. Este número, 3,5 por cento, que reflecte com rigor a contribuição dos Estados Unidos para as batalhas gigantescas na principal frente de combate contra a Alemanha e os seus aliados, devemos tê-lo sempre presente quando abordamos a cooperação militar entre os dois países nesse período.

Nos primeiros anos a seguir à guerra, a União Soviética foi visitada por muitos norte-americanos influentes ou conhecidos no seu país. Foram calorosamente recebidos em memória da recente cooperação militar. I.V. Stáline recebeu ou respondeu às perguntas de alguns deles. À pergunta do correspondente da agência *United Press*, H. Bailey, se «a Rússia ainda estava interessada em obter um empréstimo dos Estados Unidos», I.V. Stáline, em 29 de Outubro de 1946, respondeu: «Está interessada».

H. Bailey perguntou: «Quanto tempo levará a reconstruir as regiões devastadas da Rússia Ocidental». Resposta: «Seis ou sete anos, se não mais».²⁰

Elliott Roosevelt, filho do presidente Franklin Delano Roosevelt, numa entrevista com Stáline, em 21 de Dezembro de 1946, formulou a pergunta de maneira diferente: «Se os Estados Unidos e a União Soviética chegarem a acordo sobre o sistema de empréstimos ou créditos, esses acordos trarão benefícios duradouros para a economia dos Estados Unidos?». Ao que foi respondido: «Um sistema de tais créditos será, sem dúvida, mutuamente vantajoso, tanto para os Estados Unidos como para a União Soviética».²¹

A lógica do filho do falecido presidente, que já não era jovem e por isso podia pensar com sensatez, é assombrosa: que mais queriam os Estados Unidos receber da União Soviética exaurida pela guerra? Como se fosse pouco os soviéticos terem protegido com o peito outros países na última guerra, incluindo a os EUA!

Naquele tempo esperava-se efectivamente que os EUA estendessem a mão ao seu aliado na guerra, em defesa não só da nossa pátria, mas também das causas das Nações Unidas. Tudo isto não passou da fase das conversações, uma vez que nas altas instâncias de poder dos EUA foram tomadas decisões contrárias. Passadas duas décadas destes acontecimentos, George Kennan (então conselheiro da embaixada dos EUA em Moscovo), escreveu no seu primeiro tomo de memórias, publicado em 1967:

«As administrações norte-americanas, tanto a de Roosevelt como a de Truman, foram posteriormente criticadas muitas vezes pelo facto de, quando no Verão de 1945 cessou bruscamente a ajuda *lend lease* à Rússia, não se ter proposto à União Soviética um grande empréstimo, apesar de, segundo algumas opiniões, se ter dado a entender aos líderes soviéticos que poderiam contar com ele (...) Devo reconhecer que se o governo dos EUA merece ser criticado pela sua linha rígida em todos estes

²⁰ *Izvéstia*, 29 de Outubro de 1946.

²¹ *Izvéstia*, 24 de Janeiro de 1947.

assuntos, então eu mereço uma crítica muito maior por, antes do governo, já defender uma posição ainda mais rígida, por ter incitado e inspirado a rigidez de Washington (...) Eis um exemplo demonstrativo dos pontos de vista que naquele tempo expus ao embaixador e ao Departamento de Estado: “Não há nenhuma justificação, nem económica nem política, para continuar a prestar à Rússia ajuda lend lease, nem para concordarmos que a Rússia, não sendo um Estado contribuinte para a UNRRA,²² receba qualquer ajuda significativa da UNRRA, ou que seja concedido um empréstimo pelo governo norte-americano à Rússia, sem contrapartidas equivalentes em concessões políticas” (...) Definitivamente não encontro nenhuma razão para lamentar o que foi feito».

Qual o motivo de tal raiva por parte dos EUA em relação a um aliado? Será que Kennan não conhecia o nosso país e o nosso povo, ele que passou toda a sua vida a estudar-nos e era considerado naquele tempo o melhor especialista em assuntos soviéticos nos EUA? Nas suas memórias encontramos episódios elucidativos que lançam luz sobre o modo de pensar daqueles que contribuíram para a elaboração da política norte-americana. «*Os meus pontos de vista sobre uma eventual ajuda económica à União Soviética*» – escreve Kennan – «*foram influenciados pelas impressões que recolhi durante uma viagem pela União Soviética logo a seguir ao fim da guerra na Europa*». O conselheiro da embaixada norte-americana visitou Novossibirsk e Kuznetsk, tendo sido cordialmente recebido em toda a parte. «*Tive de aguentar aquele ritual benévolo mas fastidioso da hospitalidade russa: “Não come nada? Prove isto!”*». Os afáveis hospedeiros não podiam saber que a missão de Kennan, como refere nas memórias, era «*visitar Kuznestk onde, ao que sabia, nenhum estrangeiro do Ocidente havia estado há já vários anos, e eu nunca tinha visto as grandes fábricas soviéticas*».

Esta foi uma viagem bem-sucedida para Kennan; pôde ver tudo o que quis. Percorreu as regiões onde durante a última guerra se tinha forjado o poderio militar do país dos soviéticos. Possivelmente convenceu-se disso. Passadas duas décadas descreveu idilicamente esses dias que ficaram gravados na sua memória. Graças ao domínio fluente da língua russa, ninguém tomava aquele norte-americano por estrangeiro.

«*Tinha a impressão de que não era estrangeiro, mas um soviético como todos. Pelo menos, os meus companheiros de avião não me tomaram por outro. No aeródromo de Omsk, sob intenso calor, sentado na erva à sombra da asa do avião, a pedido deles, li em voz alta o livro de Alexei Tolstoi, Pedro Primeiro, que levava comigo.*

Passava as noites em pequenos hotéis com eles, como se fosse um deles, uma pessoa comum. Relacionava-me com eles com facilidade e simplicidade».

²² UNRRA [sigla inglesa de *United Nations Relief and Rehabilitation Administration*] Agência das Nações Unidas para o Auxílio e a Reabilitação, criada em 1943. O Conselho da UNRRS definiu que os países membros cujos territórios não haviam sido ocupados deveriam contribuir para o fundo do organismo com um montante equivalente a dez por cento do seu rendimento nacional em 1943. Apelou-se a todos os outros países membros a contribuírem na medida das suas possibilidades. Na realidade os representantes dos EUA na UNRRA utilizaram o organismo para servir os objectivos de Washington. A UNRRA foi dissolvida em 1947.

Mas o dever estava acima de tudo! Os russos com a sua franqueza não podiam imaginar o que pensava e decidia aquele homem que estava ao seu lado, vestido com um modesto casaco já usado e um boné vulgar.

«Quando debaixo do avião começaram a passar lentamente as extensas planícies a Oeste do Volga, pus-me a pensar, a propósito dos meus amistosos companheiros de viagem, sobre os problemas da ajuda norte-americana à Rússia. Os russos, como mais uma vez confirmava a minha viagem, são um povo grande e cativante. Há muito pouco tempo passaram por sofrimentos monstruosos, em parte por nossa causa. Claro que gostaríamos de ajudá-los, mas será isso possível? Se um povo se encontra sob o controlo de um forte regime autoritário, particularmente hostil aos EUA, na minha opinião, os norte-americanos não podem ajudá-lo em praticamente nada sem ao mesmo tempo ajudar o regime (...) Por outras palavras, o povo e o regime estão dialecticamente relacionados, por isso não se pode ajudar o povo sem ajudar o regime e não se pode causar dano ao regime sem causar dano ao povo. Deste modo, o melhor é não tentar nem ajudar nem causar dano, mas deixar tudo como está. No fim de contas, a situação difícil é deles e não nossa».

Pensamentos rebuscados, quase filosóficos, que na realidade não passam de reles considerações! Encontrando-se entre a nossa gente, Kennan só consegue raciocinar segundo estereótipos anti-soviéticos. Qual realismo? O «especialista» em assuntos da União Soviética contemplava friamente aqueles que tinham sofrido nos anos da guerra, mas essa «situação difícil», sublinha, é «deles». Muito bem, é a sua opinião pessoal. Mas e em relação à famigerada «hostilidade» para com os EUA? Desenvolvendo lentamente a sua narração, Kennan conta que no Outono de 1945, um grupo de congressistas norte-americanos solicitou ser recebido por Stáline. De que falaram os eleitos pelo povo norte-americano nesse dia com Stáline? «Não consigo recordar-me do conteúdo das conversas dos congressistas com Stáline (certamente que nos arquivos de Washington existem os registos), apenas fixei qual a nossa atitude nessa ocasião»,²³ afirma Kennan.

Essa «atitude» já a conhecemos, e quanto ao conteúdo das conversas não é preciso revolver os arquivos, pois os congressistas ao regressarem da URSS divulgaram de imediato por toda a parte quais os motivos da sua ida ao Krémelin. A delegação, composta por membros do Comité Especial do Congresso para a política económica e planificação no pós-guerra, era chefiada pelo presidente do Comité, William Colmer. Juntando e analisando as declarações então feitas pelos congressistas, J. Gaddis, no livro *Os Estados Unidos e a Origem da Guerra-Fria, 1941-1947* (1972), expôs o assunto do seguinte modo:

«Em 14 de Setembro de 1945, a delegação chefiada pelo presidente do comité, W. Colmer, senador pelo Mississípi, teve a honra de ser recebida por Stáline. Colmer informou o líder soviético de que o seu comité estava a par do desejo da Rússia de receber um empréstimo dos EUA. E perguntou como iriam os sovietes utilizar esses meios, como os reembolsariam e que obteria Washington em troca? (...) A delegação informou o secretário de Estado, James Byrnes, e depois reuniu-se com Truman.

O grupo de Colmer salientou nas conversas com ambos que era preciso “endurecer a nossa atitude para com a República Soviética”. O comité Colmer estava disposto a aprovar o empréstimo à União Soviética na condição de os russos acei-

²³ G. Kennan, *Memoirs, 1925-1950*, Boston, 1967, pp. 266-277.

tarem certas obrigações. Deviam revelar qual a parte da sua produção que se destinava ao armamento; comunicar os dados mais importantes sobre a economia soviética e permitir a sua verificação. A União Soviética não devia prestar ajuda com fins políticos à Europa Oriental e devia informar sobre o conteúdo dos seus acordos comerciais com estes países. O Krémelin devia garantir, tanto na URSS como nos países da Europa Oriental que estavam sob o seu controlo, a protecção total da propriedade norte-americana, o direito de difusão de livros norte-americanos, revistas, jornais e películas cinematográficas. Finalmente, os Estados Unidos deviam insistir no cumprimento das obrigações políticas dos russos nas mesmas condições que os outros governos. Isso incluía a retirada das forças de ocupação soviéticas em conformidade com os acordos de Potsdam e os princípios de Iálta. Em suma, Colmer e os seus colegas exigiam que, em troca do empréstimo norte-americano, a União Soviética alterasse o seu sistema político e renunciasse à sua esfera de influência na Europa Oriental».²⁴

Como vemos foram ditas coisas de tal índole que não resta a menor dúvida de quem tinha uma atitude «hostil» e contra quem, e por isso o experiente diplomata Kennan «esquece-as», aconselhando os curiosos a consultar os arquivos. Não obstante, com notória irritação, faz um balanço dessa singular incursão dos congressistas norte-americanos a Moscovo.

«O episódio, naturalmente, em si pouco significativo, foi um daqueles (e tive muitos na minha carreira diplomática) que gradualmente me levaram a um profundo cepticismo a respeito do valor absoluto dos contactos pessoais para a melhoria das relações entre estados. Devo também notar que os nossos visitantes congressistas se distinguem muito entre si pela capacidade de cada um tirar proveito pessoal de tais viagens».

Esta última observação, necessariamente vaga sob a pena de um diplomata profissional, é elucidativa do comportamento das personalidades oficiais norte-americanas que, umas atrás de outras, viajavam para Moscovo. Na segunda metade de 1946, por exemplo, chegou à nossa capital uma delegação para as questões das reparações, chefiada Edwin Pauley, uma grande industrial dos petróleos. A principal missão da delegação era dar a conhecer às instituições soviéticas o princípio da «primeira cobrança»,²⁵ ou seja, como explica o historiador norte-americano, Daniel Yergin, no seu livro *A Paz Destroçada* (1977), «as reparações a partir da produção corrente, isto é da produção da economia alemã, seriam reduzidas ao mínimo. Em segundo lugar, a exportação dessa produção seria destinada primeiro para o pagamento de mercadorias importadas do Ocidente, e só depois para os fornecimentos ao Leste no âmbito das reparações. A Alemanha estaria integrada na ordem económica mundial multilateral, sob domínio dos EUA, até ao pagamento das reparações (na realidade, as ajudas) ao aliado soviético (...) Alguns membros da delegação norte-americana não esconderam a sua oposição, considerando estas directivas demasiado suaves, outros não conseguiram conter o impulso para obter lucros.

²⁴ J. Gaddis, *The United States and the Origins of the Cold War, 1941-1947*, Nova Iorque, 1972, pp. 259- 260

²⁵ A expressão no original em inglês é «first charge» principle. (N. Ed.)

*Uma série de membros da delegação de Pauley vendeu os seus fatos em Moscovo a preços especulativos – cerca de 250 dólares por fato».*²⁶

Revelaram-se pequenos especuladores. Ao mesmo tempo conseguiram suspender o pagamento das reparações à União Soviética, apesar de nessa altura se ter apurado que o potencial económico da Alemanha em 1945, não obstante as destruições, era superior ao de 1939.²⁷ Não podíamos esperar nada de bom nem dos «teóricos» do tipo de Kennan, nem dos práticos como Colmer, Pauley e companhia. Isto pela simples razão que em Washington consideravam a União Soviética como um inimigo e agiam em conformidade.

3.

Era esta a ideia que faziam e continuam hoje a fazer de nós. No relatório em vários volumes da comissão do Senado de Frank Church, que, entre 1975 e 1976, investigou as actividades do universo dos serviços de informações nos EUA, o tom é dado logo no capítulo introdutório deste documento oficial, onde se diz:

*«A II Guerra Mundial significou a derrota de um tipo de totalitarismo. Mas rapidamente cresceu um novo desafio totalitarista. A União Soviética, principal aliado dos EUA na guerra, tornou-se o principal adversário dos EUA em tempos de paz. O poderio do nazismo estava em ruínas, mas o poderio do comunismo estava mobilizado (...) Os agentes norte-americanos das informações militares foram dos primeiros a perceberem a alteração da situação. Quase imediatamente após a rendição de Berlim ao Exército Vermelho, os serviços de informações procuraram determinar os objectivos dos soviéticos. O oficial das informações militares, Harry Rositzke, mais tarde chefe da divisão soviética da CIA, foi enviado para Berlim num Jeep (...) Nas declarações à comissão [31 de Outubro de 1975] descreveu as suas impressões do seguinte modo: “Entrámos nos arredores de Berlim e gritámos: ‘Amerikantsi’”,²⁸ e fomos calorosamente saudados. Quando entrámos na autobahn – eu conhecia bem a Alemanha antes da guerra – a primeira coisa que me impressionou foi uma longa coluna de alemães menores de 16 anos e maiores de 60 anos que eram escoltados por soldados mongóis com cerca de metro e meio de altura, calçados com sapatilhas de corda (...) Prosseguimos através das ruínas de Berlim (a maioria das ruas era de sentido único), procurando identificar as armas de cada militar (...) Quando já tínhamos visto o suficiente – estávamos os três muito nervosos – rumámos a Oeste de Berlim para a zona inglesa. Ao chegarmos, sentimo-nos exuberante e muito aliviados, depois de 36 horas inteiras num outro mundo. Veio-me à cabeça a ideia de que a Rússia avançava para Ocidente”.*²⁹

²⁶ Daniel Yergin, *Shattered Peace. The Origins of the Cold War and the National Security State*, Boston, 1977, pp. 96, 98.

²⁷ *Foreign Relations of the United States. Diplomatic Papers. 1945*. v. III, Washington, 1968, p. 1228.

²⁸ Americanos em russo. (N. Ed.)

²⁹ *Final Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with respect to Intelligence Activities*. U.S. Senate, tomo I, Washington, 1976, pp. 19-20.

Não é verdade que os soldados soviéticos tenham escoltado para Leste adolescentes e velhos, e também o covil da besta fascista não podia ter sido tomado por baixotes, e além disso calçados com sapatilhas de corda, os soldados da frente não tinham distintivos com o número das suas unidades e a Rússia não avançava para o Ocidente. Este crápula das informações norte-americanas com uniforme de oficial mentiu em tudo às suas chefias, e 30 anos mais tarde, já velho, aos senadores. Apresentou a sua estadia de dia e meio em Berlim com uma «*façanha*». E possivelmente ele e os outros dois canalhas foram calorosamente saudados pelos soldados soviéticos que, na alegria da vitória, os viram como aliados, não se apercebendo que se tratava de um grupinho de ignóbeis espões pouco inteligentes.³⁰

Mas se deste jovem canalha, embora promissor, não havia nada a esperar, já do general George Patton, herói da guerra aclamado nos EUA, exigia-se um pouco mais de seriedade. Mas qual quê! Este descobriu que os russos são «*uma raça degenerada dos selvagens mongóis*», que cada um de nós e todos em conjunto somos uns «*filhos da puta, bárbaros e bêbados inveterados*».³¹ Nem mais nem menos!

Por sua vez, o alto comando das forças armadas norte-americanas definiu a União Soviética como «*inimigo*» potencial muito antes do fim da II Guerra Mundial. Inicialmente, a premissa de tão admirável conclusão não foram considerações teóricas, mas factores quantitativos: qual seria o Estado mais forte no pós-guerra além dos EUA? Este Estado só poderia ser a União Soviética, conseqüentemente, era este o «*inimigo*»! Não eram as intenções da União Soviética que a definiam como inimigo, mas a sua capacidade física de grande potência para fazer a guerra. Este profissionalismo deplorável (verdadeiro cretinismo do ponto de vista político) contribuiu para reforçar de modo decisivo o anticomunismo como ideologia, pelo menos aos olhos de Washington.

Tudo isto decorria a par da elaboração nos estados-maiores dos EUA da nova doutrina militar, cujos traços principais se tornaram claros muito cedo. Já em 1943, o vice-ministro da Marinha, James Forrestal, discorrendo sobre os problemas do pós-guerra, afirmou publicamente: «*A noção de “segurança” não existe mais, temos de*

³⁰ O que pareceu bem aos senadores, terá sido excessivo para a editora norte-americana *Reader's Digest Press*. Ao contrário dos legisladores de cabelos brancos, que acharam verosímil o desvario de Rositzke, uma vez que correspondia aos estereótipos do seu pensamento, os editores foram mais comedidos.

No livro de Rositzke, *As Operações Secretas da CIA*, publicado em 1977, dois anos depois das memoráveis declarações na comissão senatorial, o mesmo episódio é descrito sem os detalhes pitorescos que tanto agradaram ao Capitólio: «*Nessa altura ninguém sabia o que faziam os russos em Berlim, e três de nós – um deles romeno que falava russo – oferecermo-nos para penetrar na zona russa e ver o que lá se passava. Estávamos tensos e apreensivos, demorámos cinco horas a atravessar a zona de fronteira e passámos seis horas em Berlim. Vários quadros visuais permanecem nítidos na minha mente. Colunas de rapazes e velhos eram conduzidas pela estrada de circunvalação de Berlim em direcção ao Leste*». (...) As sapatilhas de corda e outros pormenores desapareceram, seguramente sob o lápis do editor, o mesmo com as 36 horas de estadia na zona soviética; no entanto o espírito manteve-se: «*A Rússia avançava para Ocidente, foi a ideia que me veio à mente, a Europa nunca mais será como antes!*» (Introdução do livro referido, pp. XXV-XXXVI).

³¹ *The Patton Papers*, Editado por M. Blumenson, Boston, 1974, pp. 721, 731-734.

*riscar esta palavra do nosso léxico. Nos manuais escolares escreveremos o princípio: o poder tal como a riqueza ou se utiliza ou se perde».*³²

Ao mesmo tempo estudava-se a correlação de forças entre os EUA e a URSS. Em face dos triunfos das Forças Armadas Soviéticas, o comité de chefes dos estados-maiores dos EUA chegou a conclusões realistas relativamente às consequências de um conflito armado entre os nossos países. O comité formulou e apresentou ao governo uma série de recomendações logo a partir da segunda metade de 1943, ou seja, depois de Stalingrado e de Kursk. Talvez as mais elucidativas entre elas tenham sido as enviadas ao secretário de Estado, Cordell Hull, a 3 de Agosto de 1944, que preveniam inequivocamente o governo contra voos na estratosfera política, sem se levar em conta as possibilidades reais dos EUA.

«A conclusão com êxito da guerra contra os nossos actuais inimigos conduz a profundas alterações relativas ao poderio militar no mundo, que apenas são comparáveis nos últimos 1500 anos com a queda de Roma. Isto tem uma importância crucial para os futuros entendimentos internacionais e respectivas conversações. A par da eliminação da Alemanha e do Japão como potências militares e da alteração do poderio económico relativo dos principais estados, há factores técnicos e materiais que contribuíram significativamente para muitas alterações. Entre eles: o desenvolvimento da aviação, a mecanização geral da luta armada e o avanço sensível do potencial militar das grandes potências.

*Depois da derrota do Japão, apenas restam os Estados Unidos e a União Soviética como potências militares de primeira ordem. Em cada caso tal se explica pela conjugação da sua situação geográfica, a sua dimensão e o seu enorme potencial militar. Apesar de os EUA poderem deslocar o seu poderio militar para muitas regiões longínquas do mundo, o poder relativo e as posições geográficas das duas potências excluem a derrota militar de uma por outra, inclusive no caso de uma aliança com o império britânico».*³³

Os altos comandos norte-americanos compreenderam a tempo e souberam avaliar o que tinha acontecido: as vitórias grandiosas da União Soviética haviam conduzido a um equilíbrio de forças entre a URSS e os EUA, e num plano mais amplo entre o socialismo e o capitalismo. Reside aqui a origem de todo o desenvolvimento das relações internacionais verificado no pós-guerra. Se a Revolução de Outubro rompeu a cadeia do capitalismo, a vitória da URSS na Grande Guerra Patriótica estabeleceu o equilíbrio de formas entre o socialismo e o capitalismo. Reverter esta situação, alterar a correlação de forças criada na sequência dos triunfos soviéticos, tal foi o objectivo geral colocado por Washington.

Os militares norte-americanos, habituados a pensar em termos de força bruta, começaram a procurar os meios necessários para golpear o «inimigo», ou seja, a União Soviética. A pedra filosofal para resolver o problema, que as recomendações de 1943 a 1944 apresentavam como insolúvel, foi a arma atómica. Ainda antes de ser testada e utilizada, nos altos conselhos de Washington chegou-se ao consenso de que a ameaça da bomba atómica, que recebeu o nome de código S-1, obrigaria a URSS a «liberalizar» o seu regime e renunciar aos frutos da vitória na Europa. Pelo menos foi esta a

³² M. Sherry, *Preparing for the Next War. American Plans for postwar defense, 1941-45*, Yale University Press, 1977, p. 57.

³³ M. Malloff, *Strategic Planning for Coalition Warfare 1943-1944*, Washington, 1959, pp. 523-524.

impressão que o secretário da Guerra, Henry Stimson, recolheu das suas conversas com Roosevelt. Numa das anotações de Stimson, após um encontro com Roosevelt, lê-se: «*A necessidade de integrar a Rússia organicamente no seio da civilização cristã... Uso possível da S-1 para o conseguir*». ³⁴ Tendo em conta o carácter extremamente secreto de tudo o que estava relacionado com a bomba atómica, Stimson tomou notas curtas, com muitas reticências e abreviaturas.

Depois da inceneração de Hiroxima e Nagasaki com bombas atómicas e ainda antes da capitulação do Japão, o comité dos chefes dos estados-maiores dos EUA iniciou a elaboração dos planos para uma nova guerra. Esses planos estão expostos nas directivas 1492/2 «*Bases para a formulação de uma política militar*» e 1518 «*Concepções estratégicas e plano de utilização das Forças Armadas dos EUA*», aprovadas pelo Comité de Chefes dos Estados-Maiores, respectivamente em 18 de Setembro e 9 de Outubro de 1945. Na altura toda esta documentação era rigorosamente secreta, mas hoje alguns investigadores norte-americanos têm acesso a uma parte dela.

No livro de Michael Sherry, *Preparação para a Próxima Guerra*, editado em 1977, afirma-se:

«*“Não seremos os primeiros a atacar”, assegurou Eisenhower ao Congresso em finais do Outono de 1945. No entanto, os planos secretos mostram o contrário. E alguns militares mencionaram com clareza em declarações públicas a conveniência de um ataque preventivo. A legitimação do primeiro golpe, que nos planos iniciais apenas estava implícito, é a partir de agora confirmada incondicionalmente pelo comité de chefes de estados-maiores (...)*

Em várias reuniões dos estados-maiores colocou-se a tónica nas acções ao nível de ataques preventivos. Os planeadores dos estados-maiores exigiram incluir na directiva 1496 a indicação expressa ao “primeiro golpe”, insistindo: “Isto deve merecer especial atenção de modo a que fique claro que a partir de agora esta é a nova concepção política, distinta da abordagem norte-americana da guerra no passado” (...)».

«*No caso de uma grande guerra, alguns dos seus objectivos ficaram claros. Os EUA devem “seguir a mesma política que tem sido mantida nos últimos 30 anos. Preferimos fazer as guerras, se forem necessárias, em território alheio”. Dispondo de um sistema de bases avançadas e forças armadas móveis, os EUA devem proteger-se ao máximo de um ataque directo (...) Nos esboços da directiva 1518 manifestavam-se dúvidas sobre a conveniência de tentativas para conseguir conquistar ou destruir totalmente um inimigo principal como a União Soviética. No entanto o general Lincoln demonstrou que o objectivo da guerra contra a URSS “não é expulsá-la das suas fronteiras, mas destruir o seu potencial militar, em caso contrário seguir-se-á uma guerra prolongada” (...)*

Em Outubro de 1945, o comité de chefes de estados-maiores dos EUA recomendou a aceleração das investigações atómicas e da produção de bombas atómicas, a manutenção do máximo segredo e “não informar destes segredos nenhum país ou a ONU”. Para avançar mais rapidamente pela via escolhida, o secretário da Guerra liderou os esforços para colocar sob controlo militar futuras investigações atómicas (...)

Convencidos de que não havia outro caminho, os militares elaboraram planos de utilização das bombas atómicas como principal meio de contenção e represálias

³⁴ J. Burns, *Roosevelt: the Soldier of Freedom*, Nova Iorque, 1970, p. 459.

em massa. E não faziam segredo disso. Em Novembro de 1945 foi publicado o relatório do general Arnold [comandante-em-chefe da Força Aérea] ao secretário da Guerra, onde se afirma que os EUA devem “indicar ao agressor potencial que a um ataque contra os EUA se seguirá imediatamente por via aérea um demolidor golpe atómico contra ele.” O comité de chefes de estados-maiores dos EUA foi muito mais longe do que Arnold, ao ponderar num relatório secreto a conveniência de lançar ataques atómicos contra a União Soviética, quer como retaliação, quer como primeiro golpe. O Comité Conjunto de Informação assinalou 20 cidades soviéticas como alvos de bombardeamentos atómicos (...) Este comité recomendou o ataque atómico não apenas em caso de iminente agressão soviética, mas também em caso de os progressos nos domínios da economia e da ciência indicarem a criação de capacidades para “um ataque aos Estados Unidos ou para se defender do nosso ataque”. O comité aconselhou a “dar prioridade à aviação estratégica” para conter a todo o custo os progressos da Rússia na criação de condições para um ataque. O comité acrescentava que os bombardeamentos atómicos são relativamente pouco eficazes contra forças armadas convencionais e sistemas de transporte, ou seja, reconheceu que a bomba atómica só é adequada para o extermínio massivo [de população] de cidades». ³⁵

Será que estes fanáticos de ombros cobertos de estrelas de generais e galões de oficiais, que fabricavam planos canibalescos e lançavam a corrida aos armamentos nucleares, acreditavam realmente na ameaça soviética? O conteúdo aqui referido dos documentos analisados por M. Sherry não deixa dúvidas de que ninguém acreditava na «agressividade» da União Soviética. Eis o veredicto final de Sherry:

«O comando das Forças Armadas reconheceu que a União Soviética não representa um perigo directo. A sua economia e recursos populacionais estão exauridos pela guerra (...) Por conseguinte, nos próximos anos, a URSS terá de concentrar as suas forças na reconstrução interna (...) Mas as capacidades soviéticas, independentemente do que se pensava sobre as intenções dos russos, eram motivo suficiente para se considerar a URSS como um inimigo potencial». ³⁶

A directiva 1496/2 do Comité dos Chefes dos Estados-Maiores não ficou reservada aos militares. Foi comunicada ao comité de coordenação, que juntava os representantes do Departamento de Estado e dos departamentos da Guerra e da Marinha. Já como documento do comité coordenador (SWNCC-282), foi apresentado ao exame e avaliação dos responsáveis do Departamento de Estado. Os políticos, como lhes é próprio, limitaram-se a fazer observações secundárias, na sua nota de 16 de Novembro de 1945, «Acções para o cumprimento da declaração do Comité de Chefes dos Estados-Maiores sobre a política militar dos EUA», não dizendo uma palavra sobre a afirmação aterradora da directiva 1496/2, reproduzida no documento SWNCC-282, designadamente:

«Não podemos consentir que prevaleça a falsa e perigosa ideia de que se deve evitar uma posição agressiva e permitir que o primeiro golpe seja desferido contra nós. Em tais circunstâncias, o nosso governo deve rapidamente tomar a decisão

³⁵ M. Sherry. *Op. cit.*, pp. 201, 205, 212- 213.

³⁶ *Idem*, *ibidem*, pp. 214 – 215.

*política e promover em simultâneo todos os preparativos para que, em caso de necessidade, sejamos nós a desferir o primeiro golpe».*³⁷

Com o quê? Antes de tudo com bombas atômicas! Até recentemente na historiografia norte-americana era totalmente dominante a ideia de que Truman se apressou a bombardear Hiroxima e Nagasaki porque os EUA só dispunham de duas bombas atômicas. Não se podia desperdiçar nenhuma delas para uma demonstração de força num qualquer lugar remoto não habitado, por isso foi necessária aquela lição real que custou a vida de centenas de milhares civis pacíficos. No livro de William Manchester, *A Glória e o Sonho*, notável em muitos aspectos, afirma-se:

«O general Graves considerava que os testes preliminares seriam desnecessários. Calculava que a primeira bomba estivesse pronta aproximadamente em 1 de Agosto de 1945, a segunda em 1 de Janeiro de 1946 e mais tarde a terceira, num prazo não determinado». Estas eram as suas previsões nos finais de 1944. No início do Verão de 1945, segundo escreve Manchester, *«os norte-americanos não tinham bombas para poder desperdiçar em vão. Além da estrutura estática que devia ser explodida, apenas dispunham de duas bombas: a “magra” e a “gorda”».*³⁸

Assim, se para o Japão os EUA só dispunha de duas bombas, no final de 1945, ao que se constata, já havia pelo menos 196 bombas atômicas nos arsenais norte-americanos que se destinavam... aos russos! Na directiva 432/D do Comité Conjunto de Planificação Militar, de 14 de Dezembro de 1945, aprovada na sequência das referidas directivas do Comité de Chefes dos Estados-Maiores sobre o bombardeamento de 20 cidades soviéticas, afirma-se:

«No mapa do Anexo A [ao documento do Comité Conjunto de Informação de 3 de Novembro de 1945] (...) estão assinalados 20 principais centros industriais da União Soviética e o traçado do caminho-de-ferro transiberiano, a mais importante via de comunicação soviética. O mapa mostra igualmente as bases a partir das quais os bombardeiros pesados podem alcançar 17 das 20 cidades referidas e o caminho-de-ferro transiberiano. Segundo os nossos cálculos, operando a partir dessas bases e utilizando 196 bombas atômicas que constituem cem por cento das nossas reservas, os Estados Unidos poderiam causar tais destruições nas fontes industriais do poderio militar da URSS que esse ataque poderia tornar-se decisivo».

Os planeadores da agressão atômica interpretavam em sentido muito amplo as referidas *«fontes industriais do poderio militar»*. Do documento do Comité Conjunto de Informação, de 3 de Novembro de 1945, ressalta com evidência a linha do seu pensamento:

«Uma das principais características da arma atômica é a sua capacidade de exterminar concentrações populacionais, e esta particularidade deve ser utilizada em combinação com outras das suas qualidades».

Por conseguinte:

«1. No anexo A são enumeradas 20 zonas urbanas que se recomendam como objectivos estratégicos mais apropriados ao emprego da arma atômica. As cidades foram seleccionadas segundo a sua importância geral, tendo em conta: 1) a capa-

³⁷ *Foreign Relations of the United States. Diplomatic Papers, 1946. v. I, pp. 1160-1165, 1125-1128.*

³⁸ W. Manchester. *The Glory and the Dream*, Nova Iorque, 1978, pp. 375-376.

cidade industrial, em particular a produção de aviões e outro armamento; 2) a existência de instituições governamentais e administrativas; 3) a existência de estabelecimentos de investigação científica (...)

Não dispomos de informação completa sobre a localização e as funções dos principais estabelecimentos de investigação científica sob a tutela da Academia das Ciências da URSS (a sua sede situa-se em Moscovo). Estes institutos que provavelmente trabalham em contacto com as universidades mais importantes, são os principais centros de investigação. Supõe-se que parte significativa destes estabelecimentos está situada nas regiões seleccionadas para os bombardeamentos».

Ou seja, queimem-se também os cientistas! Ao todo nessas 20 cidades seleccionadas como alvos do primeiro ataque atômico viviam nessa altura 13 milhões de pessoas, incluindo mulheres, crianças e idosos. Depois do martírio de Hiroxima e Nagasaki, seguiam-se (pela ordem estabelecida pelos autores dos planos dos estados-maiores norte-americanos): Moscovo, Gorki, Kúibichev, Sverdlovsk, Novossibirsk, Omsk, Sarátov, Kazán, Leningrado, Bakú, Tachkent, Tcheliabinsk, Nijni Taguil, Magnitogorsk, Perm, Tbilissi, Novokuznetsk, Grózni, Irkutsk, Iároslavl.³⁹

Portanto, entre Setembro e Novembro de 1945, a doutrina do «*primeiro golpe*» adoptada pelos Estados Unidos previa o ataque atômico de surpresa contra a União Soviética. O motivo para o início das acções militares estava claro: quanto mais rapidamente a União Soviética recuperasse da terrível guerra, mais alto soariam as sirenes da guerra em Washington.

Sentimos uma imensa alegria pelo grande êxito alcançado no ano de 1947: a União Soviética, depois de quatro anos de guerra e dois de reconstrução, tinha novamente alcançado os níveis atingidos em 1941, no decurso da construção do socialismo. Abriam-se os horizontes que tinham sido ofuscados pela guerra.

O país, condoído pelos que tinham caído na recente guerra, honrava os heróis do trabalho pacífico. Os nossos êxitos foram notados e «*anotados*» pela elite governante dos Estados Unidos, que tirou as devidas conclusões práticas. Essas conclusões eram duplamente sólidas, pois ao mesmo tempo que o povo soviético trabalhava heroicamente na reedificação do pós-guerra, um exército de «*especialistas*» observava atentamente o nosso país. Estes aperceberam-se de quem realmente somos e elaboraram recomendações sobre como proceder connosco e que instrumentos e meios usar para esse fim.

4.

Em 22 de Fevereiro de 1946, George Kennan enviou para Washington um «*extenso telegrama*», que é hoje considerado unanimemente por políticos e historiadores norte-americanos como uma peça chave na avaliação da União Soviética. Em oito mil ásperas palavras, que desde então têm sido longamente comentadas nos EUA, Kennan descreveu a ameaça terrível que pairaria sobre dos EUA e defendeu uma estratégia de hostilidade estrita em relação à URSS. «*Estamos ante uma força política fanaticamente convencida de que com os EUA não pode haver um modus vivendi*

³⁹ Citado a partir de *Nóvoe Vrémia*, 1980, n.º 8, pp. 28-29.

*permanente (...) Este deve ser o ponto de partida para o nosso estado-maior político».*⁴⁰ A força era a única forma de lidar com a União Soviética.

Os assessores que rodeavam Truman, só pela simples razão de que Kennan lhes tinha chamado «*estado-maior político*», convenceram-se do seu peso no Estado e passaram a competir entre si na apresentação de projectos para punir o povo soviético. Por ordem de Truman, Clark Clifford, assessor especial do presidente, promoveu uma conferência com altos dirigentes do Estado e, a 24 de Setembro de 1946, apresentou ao presidente um extenso relatório intitulado «*A política norte-americana em relação à União Soviética*». Partilhando claramente a visão apocalíptica de Kennan sobre a União Soviética, Clifford escreve:

«Os adeptos da força apenas compreendem a linguagem da força. Os Estados Unidos devem usar essa linguagem (...) É preciso fazer compreender ao governo soviético que dispomos de poder suficiente não só para repelir qualquer ataque, mas também para esmagar rapidamente a URSS numa guerra (...) A União Soviética é pouco vulnerável devido à grande dispersão das suas indústrias e recursos naturais, mas é vulnerável às armas atómicas e bacteriológicas e aos bombardeiros de longo alcance. Por conseguinte, para manter o poder militar num nível capaz de refrear a União Soviética, os EUA devem estar dispostos a travar a guerra atómica e bacteriológica. Um exército mecanizado, transportado por mar ou por ar, capaz de ocupar e controlar as principais regiões estratégicas, deve ser apoiado por poderosas forças navais e aéreas. A guerra contra a URSS será “total”, num sentido muito mais terrível do que qualquer guerra anterior, e por isso deve-se desenvolver permanentemente novos tipos de armamento tanto ofensivos como defensivos (...) Todas as negociações sobre a limitação dos armamentos devem ser conduzidas com lentidão e cautela, tendo sempre presente que as propostas de proibição do uso da arma atómica e outros tipos de armas ofensivas de longo alcance limitariam consideravelmente o poderio dos Estados Unidos (...)

*Os Estados Unidos devem compreender que a propaganda soviética é perigosa (sobretudo quando coloca ênfase no “imperialismo” norte-americano) e evitar acções que possam dar aparência de veracidade às acusações soviéticas (...) Os EUA devem envidar esforços enérgicos para conseguir que haja um melhor entendimento dos EUA entre as camadas influentes da população soviética e combater a propaganda anti-americana difundida pelo Krémelin entre a população soviética. Devemos introduzir no país, à mais ampla escala tolerada pelo governo soviético, livros, revistas, jornais, filmes, emitir programas de rádio para a URSS (...) Nos próprios Estados Unidos a penetração comunista deve ser denunciada e eliminada».*⁴¹

Se a isto acrescentarmos as considerações vagas e enviesadas do relatório (onde Clifford procura ombrear com o estilo de Kennan) de que as «*dificuldades*» entre os EUA e a URSS se devem ao regime soviético e que Washington nunca teve nada contra o povo russo, ficam traçados os contornos gerais do pensamento estratégico da elite governante dos EUA. Para o objectivo geral – a destruição ou o enfraquecimento fatal da União Soviética – encaravam-se duas vias: a guerra ou a acção subversiva

⁴⁰ *Foreign Relations of the United States. Diplomatic Papers. 1946. v. 6, p. 705.*

⁴¹ *Containment. Documents on American Policy and Strategy 1945 – 1950, T. Etzold e J. Gaddis, Nova Iorque, 1978, pp. 66-68.*

(esta como parte conducente à guerra ou substituindo-a em determinadas condições). Washington deve estar preparado para seguir estas duas linhas. Só o futuro, ou melhor a correlação de forças entre os EUA e a URSS, determinará qual delas irá prevalecer. Não pode haver coexistência pacífica, já sem falar de cooperação, entre capitalismo e socialismo.

Assim dizia a doutrina dominante nas cúpulas da sociedade norte-americana. Ela reflectia o desespero de uma sociedade em declínio que mobilizava todas as forças para se manter no palco da história.

A política dos EUA em relação à União Soviética foi apresentada ao mundo como uma política de «*contenção*» do comunismo.⁴² O âmbito deste lema vago e vazio revelou-se suficientemente alargado para abarcar a «*doutrina Truman*», o «*plano Marshall*», a formação de blocos agressivos e o cerco da União Soviética por um apertado anel de bases militares norte-americanas. Em nome da «*contenção*», em finais de 1947, é reorganizada a mais alta direcção do Estado nos EUA. É instituído o Conselho de Segurança Nacional, órgão extraordinário de direcção que desde então decide em profundo segredo os assuntos da guerra e da paz dos Estados Unidos. Subordinada directamente ao Conselho Nacional de Segurança, é criada a Agência Central de Inteligência (CIA). Simultaneamente é fundado o Departamento da Defesa para dirigir e coordenar os esforços militares. Esta estrutura de administração do Estado foi criada para a guerra, na perspectiva de que uma guerra contra a URSS seria desencadeada brevemente. Em Washington ninguém tinha dúvidas de que os Estados Unidos tomariam a iniciativa.

Em 7 de Novembro de 1947, o Conselho de Planificação da Política do Departamento de Estado, encabeçado por Kennan, apresentou o «*Resumo da situação mundial*»:

*«O perigo de guerra é exagerado por muitos. O governo soviético não deseja e não espera uma guerra conosco num futuro previsível (...) Os receios extremados sobre a possibilidade de guerra decorrem de uma avaliação incorrecta das intenções soviéticas. O Krémelin não deseja e não espera uma nova grande guerra (...) Em geral não há razão para supor que nos podemos ver inesperadamente envolvidos num conflito armado com a URSS».*⁴³

É legítimo pensar que aqueles que em Washington preparavam o ataque contra a União Soviética devem ter experimentado um sentimento de grande satisfação em face das conclusões do Conselho de Planificação da Política: o ataque que preparavam seria de surpresa.

5.

Por esta altura, os planos dos estados-maiores já estavam muito avançados. Em 10 de Julho de 1948, o secretário da Defesa, James Forrestal, exigiu que fosse apresentado ao governo uma exposição detalhada da política nacional em relação à União Soviética, notando que sem ela «*não é possível elaborar decisões lógicas sobre a*

⁴² *Foreign Relations of the United States. Diplomatic Papers. 1946.* v. VI, pp. 709 e 699.

⁴³ *Foreign Relations of the United States. Diplomatic Papers. 1947* v. I, pp. 770-771, 776, 777.

*dimensão dos recursos que devem ser consignados a fins militares».*⁴⁴ O Conselho de Planificação da Política apresentou a análise pedida, sob o título «*Objectivos dos EUA em relação à Rússia*», que foi ratificado a 18 de Agosto de 1948 como directiva 20/1 do Conselho de Segurança Nacional.

Este documento totalmente secreto, composto por 33 páginas de texto cerrado, foi publicado pela primeira vez nos EUA em 1978, na colectânea *Contenção. Documentos sobre a Política e a Estratégia Norte-Americana (1945-1950)*. Na parte introdutória da directiva 20/1 explica-se:⁴⁵

«Para fins da guerra política em curso, o Governo foi forçado a considerar já agora, em tempo de paz, objectivos mais definidos e aguerridos em relação à Rússia, do que alguma vez teve de formular em relação à Alemanha ou ao Japão, antes das hostilidades com esses países (...) Antecipadamente a qualquer surto de hostilidades, devem ser feitos todos os esforços no actual planeamento governamental para definir os nossos objectivos no presente tempo de paz e os hipotéticos objectivos em tempo de guerra, em relação a Rússia, e reduzir tanto quanto possível a distância entre eles».

Em frases elegantes isto é formulado do seguinte modo:

«Os nossos objectivos básicos em relação à Rússia são essencialmente dois:

- a) Reduzir o poder e a influência de Moscovo a limites tais que deixem de constituir uma ameaça à paz e estabilidade da sociedade internacional; e*
- b) Conseguir uma mudança básica na teoria e prática das relações internacionais observadas pelo governo no poder na Rússia.»*

Seguindo a prática estabelecida pela direcção superior do Estado, foram apontadas acções para tempo de paz e para tempo de guerra. Para o período de paz, a directiva 20/1 do Conselho de Segurança Nacional preconizava a capitulação da URSS sob pressão externa. As consequências dessa política também foram previstas pela directiva 20/1.

«Dizer que procuramos que Moscovo adopte (...) [os nossos] conceitos seria equivalente a dizer que tínhamos como objectivo derrubar o poder soviético. Partindo deste ponto de vista, poderia argumentar-se que este é por sua vez um objetivo inalcançável sem ser através da guerra, e que, por conseguinte, estaríamos a admitir que o nosso objectivo em relação à União Soviética é uma eventual guerra e o derubamento violento do poder soviético.

«Seria um erro perigoso aceitar esta linha de pensamento. Em primeiro lugar, não existe qualquer prazo limite para alcançarmos os nossos objectivos sob condições de paz. Não estamos perante a periodicidade rígida da guerra e da paz, o que nos permite concluir que temos de alcançar os nossos objetivos de tempo de paz numa determinada data “ou noutra”.

Em segundo lugar, estamos no nosso pleno direito e não devemos ter qualquer sentimento de culpa por agirmos com vista à destruição de conceitos incompatíveis com a paz e estabilidade mundiais e pela sua substituição pelos conceitos de tolerância e cooperação internacionais [assim se denominam respectivamente o socialismo e o capitalismo – N.I.]. Não nos cabe prever desenvolvimentos internos num outro país que possam decorrer da adopção de tais conceitos, nem devemos pensar

⁴⁴ *Foreign Relations of the United States. Diplomatic Papers. 1948*, v. I, parte 2, p. 580.

⁴⁵ As citações da directiva 20/1 foram traduzidas do original em inglês. (N. Ed.)

que temos qualquer responsabilidade nesses desenvolvimentos. Se os líderes soviéticos considerarem que a prevalência crescente de um conceito mais esclarecido das relações internacionais é incompatível com a manutenção do seu poder na Rússia, isso é um assunto deles, não nosso. (...) É nosso objectivo aproximar o povo russo e o seu governo, através de todos os meios à nossa disposição, de um conceito mais esclarecido das relações internacionais, e ao fazê-lo não estamos a tomar qualquer posição, enquanto governo, a respeito das condições internas na Rússia (...)».

A directiva 20/1 assumia a actividade subversiva contra a União Soviética como política do Estado e elemento inseparável da linha política geral de Washington. Para o efeito foi preciso mobilizar recursos consideráveis com a tradicional hipocrisia dos Estados Unidos. Com um extremo sofisma, a directiva afirma:

«Não é nosso propósito em tempo de paz derrubar o governo soviético. Evidentemente que pretendemos criar circunstâncias e situações difíceis de suportar e que não serão do agrado dos actuais líderes soviéticos. Perante tais circunstâncias e situações, é possível que possam não ser capazes de manter o poder na Rússia. Mas deve ser reiterado: isso é assunto deles, não nosso. (...) Caso venham a existir de facto as situações visadas pelos nossos objectivos em tempo de paz, e estas se revelem intoleráveis para a manutenção do poder interno na Rússia e levem o governo soviético a sair de cena, não lamentaremos um tal desenvolvimento; mas não assumiremos a responsabilidade por o termos procurado ou realizado».

E que «situações» são estas? De uma forma generalizada, mas suficientemente clara, a directiva refere:

«Trata-se obviamente em primeiro lugar de manter a União Soviética fraca política, militar e psicologicamente, em comparação com as forças internacionais que se encontram fora do seu controlo».

Em suma, todas estas considerações conduzem a um único propósito: derrubar o regime socialista no nosso país, através de diversas acções subversivas e diferentes métodos. Este é o objectivo final da directiva 20/1 para tempo de «paz».

No caso de guerra, em que tudo se tornava mais simples, previam-se acções das mais temerárias. Os autores do documento não entram em detalhes sobre como se infligiria uma derrota militar à União Soviética (esse é um assunto dos generais), mas não hesitaram em repartir a pele do urso antes de o matarem, definindo a política em relação ao nosso país depois da sua derrota. Pelo menos terão olhado para o mapa e por isso escreveram:

«Em primeiro lugar, devemos assumir que não será proveitoso ou praticamente exequível ocupar ou tomar sob a nossa administração militar todo o território da União Soviética. Uma tal linha é inviabilizada pela extensão do território, pelo número de habitantes (...) Por outras palavras, não poderíamos esperar impor plenamente a nossa vontade no território russo, como tentámos fazer na Alemanha e no Japão. Temos que reconhecer que qualquer que seja o acordo final a que chegemos, este deve ser um acordo político, politicamente negociado».

Os estratégias de Washington estudavam várias variantes desta «negociação» em função do desenlace das operações militares:

«No pior dos casos, que seria o da manutenção do poder soviético sobre todo ou quase todo o território soviético actual, teríamos que exigir:

a) condições estritamente militares (entrega de equipamento, evacuação de áreas-chave, etc.) que assegurem a incapacidade militar por longo tempo;

b) condições que produzam uma dependência considerável do mundo exterior».

Condições visando o desmembramento do nosso país, o livre fluxo de «ideias do exterior», etc.

«Tais condições devem ser duras e claramente humilhantes para o regime comunista em questão. Poderão mesmo assemelhar-se nas linhas gerais ao tratado de Brest-Litovsk de 1918, que a este propósito merece um estudo atento».

Magnífico! Em 1948 o Conselho de Segurança dos EUA proclamou-se herdeiro dos militaristas alemães de 1918! No entanto, a directiva 20/1 corrige o «erro» da Alemanha do kaiser:

«Em primeiro lugar, podemos considerar como um dado adquirido que não concluiremos um acordo de paz de pleno direito e/ou retomaremos relações diplomáticas normais com um regime na Rússia dominado por algum dos actuais líderes soviéticos ou pessoas que partilhem o seu molde de pensamento. Tivemos experiências demasiado amargas nos últimos 15 anos, esforçando-nos por agir como se fossem possíveis relações normais com tais regimes.»

Mas esses 15 anos, ou seja desde 1933, foram o período do restabelecimento das relações diplomáticas entre os EUA e a URSS e da cooperação dos dois países na guerra contra as potências do «eixo» fascista. Não somos apenas nós que o dizemos, toda a humanidade viu que a União Soviética defendeu a causa das Nações Unidas, incluindo os EUA, mas agora, em 1948, vem-se a saber que afinal os Estados Unidos tiveram uma «experiência amarga»; terão amargado quando os soldados soviéticos também salvaram os Estados Unidos? Mas é inútil falar de moral ou da mais elementar decência. Voltemos à directiva 20/1. Os seus autores ponderaram cuidadosamente qual o desenlace da guerra contra a URSS que lhe seria mais proveitoso e concluíram que seria o desaparecimento do poder soviético:

«Resta a questão de saber quais devem ser as nossas pretensões em relação a qualquer autoridade não comunista que possa ser implantada em parte ou na totalidade do território russo, em consequência dos acontecimentos da guerra.

Em primeiro lugar, deve assinalar-se que, independentemente da base ideológica de tal autoridade não comunista, e independentemente da medida em que esteja disposta a servir os ideais da democracia e do liberalismo, temos de assegurar, de uma forma ou de outra, o alcance dos objectivos básicos que decorrem das exigências atrás expostas. Por outras palavras, devemos criar salvaguardas automáticas para que mesmo num regime não comunista e nominalmente amistoso:

a) Não tenha um poder militar forte;

b) Seja economicamente dependente num grau considerável do mundo exterior;

c) Não exerça grande autoridade sobre as principais minorias nacionais; e

d) Não imponha algo parecido com a cortina de ferro nos contactos com o mundo exterior.

No caso de tal regime se manifestar hostil aos comunistas e amistoso para conosco, devemos cuidar de que estas condições sejam impostas de uma maneira não ofensiva ou humilhante. Mas teremos de impô-las de uma forma ou outra para proteger os nossos interesses e os interesses da paz mundial».

Por conseguinte, tratava-se não só de destruir a União Soviética, mas também o Estado russo, da eliminação do nosso país como grande potência; e quem, segundo o Conselho de Segurança Nacional, governaria os territórios que antes haviam integrado a União Soviética? A directiva 20/1 refere a existência de uma série de grupos de exilados russos, aos quais devia ser dada igualdade de oportunidades para disputar o poder na Rússia. Naturalmente que todos esses grupos eram sustentados pelos serviços secretos dos EUA, a quem solicitavam apoios crescentes. Somos levados a pensar que estes grupos terão causado muitos problemas a Washington, e por isso foi incluído na directiva 20/1 um plano para livrar de cuidados os políticos norte-americanos:

«Devemos esperar esforços vigorosos da parte vários grupos para nos induzir a tomar medidas nos assuntos internos da Rússia, que representarão um compromisso genuíno da nossa parte e permitirão aos grupos políticos na Rússia continuar a pedir o nosso apoio.»

«À luz destes factos, é claro que devemos fazer determinados esforços de modo a não assumirmos a responsabilidade de decidir quem irá governar a Rússia na sequência da desintegração do regime soviético. A melhor via para nós seria permitir que todos os elementos exilados regressassem à Rússia o mais rapidamente possível e procurar, no que depender de nós, que todos tenham oportunidades aproximadamente iguais para disputarem o poder (...) É provável que haja violência entre estes diferentes grupos. Mas mesmo nesse caso não deveremos intervir a menos que essa luta afecte os nossos interesses militares».

Restava decidir sobre qual a política a seguir em relação ao Partido Comunista:

«(...) A questão do futuro do poder soviético, ou seja, do poder do Partido Comunista na União Soviética. Trata-se de uma questão extremamente complexa. Não existe uma resposta simples».

Depois considerações de diverso tipo, os autores da directiva 20/1 decidiram entregar o poder nas mãos daqueles «governantes» que os Estados Unidos trariam do estrangeiro para o nosso país. O que daria a possibilidade de eliminar fisicamente os comunistas, enquanto os EUA lavariam daí as suas mãos:

«Em qualquer território libertado do domínio soviético, estaremos confrontados com o problema dos restos humanos do aparelho de poder soviético [repare-se na linguagem! (N.I.)]

«No caso de uma retirada ordenada das forças soviéticas do actual território Soviético, é provável que o aparelho do partido comunista local passe à clandestinidade, como fez nas áreas ocupadas pela Alemanha durante a recente guerra. Depois provavelmente reaparecerá em parte sob a forma de bandos de civis armados ou forças de guerrilha. Neste aspecto será relativamente simples tratar o problema; apenas precisaremos de dar as armas necessárias e apoio militar a qualquer autoridade russa não comunista que controle a área e permitir que essas autoridades enfrentem os grupos comunistas através dos procedimentos tradicionais da guerra civil russa.»

«Problema mais difícil de resolver será o dos membros de base ou dos funcionários do Partido Comunista clandestinos que venham a ser detidos ou que se entreguem eles próprios às nossas forças ou a qualquer autoridade russa existente no território.»

*Neste caso, uma vez mais, devemos abster-nos de tomar a responsabilidade pelo destino destas pessoas ou de dar ordens directas às autoridades locais sobre como proceder. (...) No essencial este deve ser um problema das autoridades russas que ocupem o lugar do regime comunista. Podemos estar seguros de que de tais autoridades serão mais capazes do que nós próprios de avaliar o perigo que ex-comunistas representarão para a segurança do novo regime e agir de maneira a que não causem danos no futuro (...) Devemos sempre lembrar-nos de que as perseguições por parte de um governo estrangeiro cria inevitavelmente mártires locais (...) Podemos então dizer que não devemos colocar-nos o objectivo de realizar com as nossas próprias forças, nos territórios libertados das autoridades comunistas, um programa de descomunização em larga escala e que, em geral, deveremos deixar estes problemas para das autoridades locais que vieram a suplantat o poder soviético».*⁴⁶

Aqui terminava a directiva 20/1 que tanto entusiasmo causou na Casa Branca e passou a servir de base à política norte-americana em relação à União Soviética. Em muitos aspectos, incluindo na numeração, tinha semelhanças com a directiva n.º 21, sobre o plano «*Barbarossa*», emitida cerca de oito anos antes por Hitler.

Aliás, a questão da prioridade do genocídio daqueles que se considera inimigos é mais complicada do que parece. Na realidade a directiva 20/1 correspondia inteiramente à tradição norte-americana de condução da guerra, tradição admirada pelo próprio Hitler. Na recente biografia de Hitler da autoria do historiador norte-americano, John Toland, afirma-se: «*Hitler declarou que foi buscar à história dos EUA as ideias da criação dos campos de concentração e da utilidade do genocídio. Era um admirador dos campos que em seu tempo foram criados para os índios do Oeste Selvagem. Elogiava com frequência perante os seus correligionários mais próximos a eficácia da técnica norte-americana de extermínio físico: pela fome e combate em condições de desigualdade de forças*».⁴⁷ A revista *Newsweek* realçou este livro, elegendo-o como «*a primeira obra que devem ler aqueles que se interessam por Hitler (...) Nela há muitas coisas novas*». E o seu autor foi distinguido nos EUA com o prémio Pulitzer. Tomaremos nota destas «*coisas novas*»!

Em 1948, os Estados Unidos decidiram desencadear uma guerra agressiva contra a União Soviética no futuro mais próximo. Para efeitos de planeamento era necessário redigir um documento orientador sucinto destinado ao comando das forças armadas. Encarregaram-se desse trabalho os seguintes membros do Conselho Segurança Nacional (CSN): A. Barkley, vice-presidente do CSN; George Marshall, secretário de Estado; James Forrestal, secretário da Defesa; K. Royall, secretário do Exército; J. Sullivan, secretário da Marinha; S. Symington, secretário da Aviação; o contra-almirante R. Hillenkoetler, primeiro director de la CIA; J. Steelman, secretário do Departamento de Recursos Nacionais, e o almirante S. Souers, secretário executivo do CSN.⁴⁸

⁴⁶ *Containment. Documents on American Policy and Strategy 1945 – 1950*», pp. 174, 176, 180-181, 190, 189, 196, 197, 201-203.

⁴⁷ J. Toland, *Adolf Hitler*, Nova Iorque, 1981, p. 702.

⁴⁸ *Drop Shot. The United States Plan for War with the Soviet Union in 1957*. A. Brown, Nova Iorque, 1978, p. 36.

Este imponente colectivo de autores trabalhou vários meses numa versão própria da directiva CNS 20/1, acabando por reduzir o texto a um quarto. A versão final foi apresentada a Truman e por ele aprovada, em 23 de Novembro de 1948, como directiva CSN 20/4. O texto reproduzia todas as teses fundamentais da directiva anterior, embora num estilo que denota o cunho burocrático dos seus autores. Ao que parece nem eles nem os seus assistentes possuíam o dom literário do chefe do Conselho de Planificação da Política, onde foi redigida a directiva CSN 20/1.

Com uma certa tacanhez a directiva CSN 20/4 declara: «*A ameaça mais grave à segurança dos EUA no futuro previsível provém dos desígnios hostis, do enorme poderio da URSS e da natureza do sistema soviético*». Ou seja, a própria existência do regime já seria uma «*grave ameaça*». O resto do texto reproduz os pontos essenciais da directiva CSN 20/1, por vezes parafraseando, na maioria dos casos literalmente, e enumera as acções que já conhecemos tanto para «*o tempo de paz*» como para a guerra. No entanto, nas duas situações é dado maior ênfase ao trabalho subversivo, chegando-se a uma conclusão final a este propósito:

«*Se os Estados Unidos utilizarem as potencialidades da guerra psicológica e da actividade subversiva, a URSS confrontar-se-á com o aumento do descontentamento e com uma oposição clandestina na zona que se encontra sob o controlo soviético*».

Assim que a directiva foi comunicada aos executores, asseguram-lhes que a guerra apanharia a URSS de surpresa, uma vez que «*a análise minuciosa de diversos factores indica que o governo soviético não planeia quaisquer acções militares visando o envolvimento dos EUA num conflito*». ⁴⁹

Os estados-maiores norte-americanos foram incumbidos de executar a directiva 20/4 do CSN, cujas indicações passaram a ser citadas e tidas em conta nos vários planos operacionais de ataque contra a União Soviética que foram elaborados nesta altura.

Os políticos apontavam o inimigo aos generais e estes, por sua vez, só tinham que definir os métodos e os meios militares para derrotar a União Soviética. Sem grandes demoras, já que as directivas 20/1 e 20/4 partiam do pressuposto de que a guerra estava perto.

⁴⁹ *Foreign Relations of the United States. Diplomatic Papers 1948*, v. 1. parte 2, pp. 666, 665.